

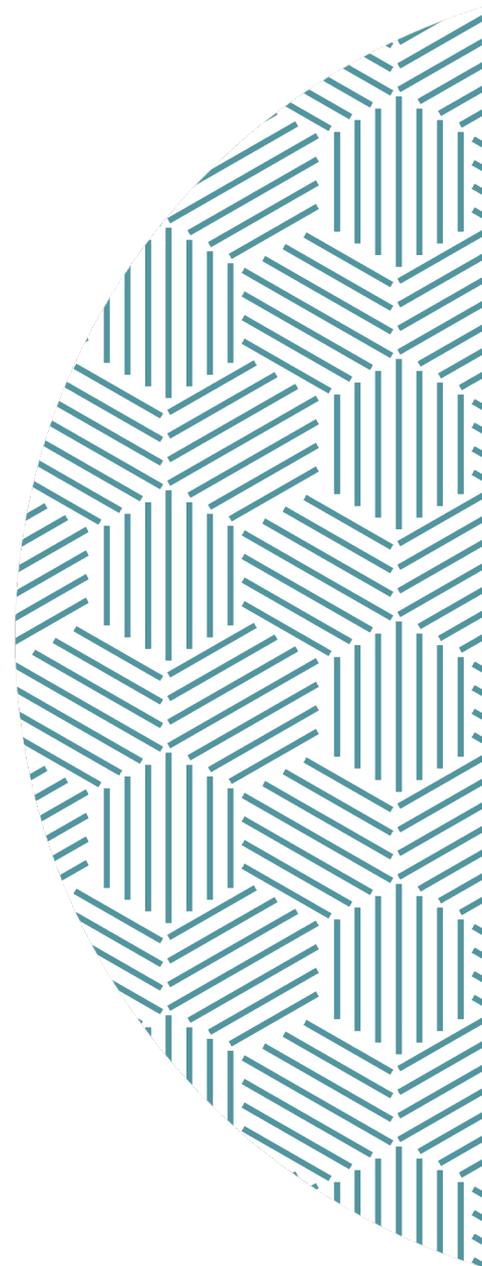
# Políticas inimagináveis: alianças, co-laborações e tradução nos Andes peruanos

*Graziele Dainese*

Doutora em Antropologia Social e professora do  
Departamento de Antropologia da Universidade Federal  
Fluminense.

E-mail: [grazieledainese@id.uff.br](mailto:grazieledainese@id.uff.br)

ORCID: [orcid.org/0000-0002-2878-6581](https://orcid.org/0000-0002-2878-6581)



## Resumo

Resenha do livro *Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos*, de Marisol de la Cadena.

**Palavras-chave:**  
cosmopolítica;  
etnografia;  
colaboração; alianças;  
Andes;

## Abstract

Book review of *Earth Beings: ecologies of practice across andean worlds*, by Marisol de la Cadena.

**Keywords:**  
cosmopolitics,  
ethnography,  
collaboration,  
alliance, Andes;

## Resumen

Reseña del libro *Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos*, de Marisol de la Cadena.

**Palabras clave:**  
cosmopolítica,  
etnografía,  
colaboración, alianza,  
Andes;

Os estudos de Marisol de La Cadena são conhecidos em português brasileiro através de artigos dedicados às reflexões sobre política e ontologia. Grosso modo, são trabalhos que se voltam a mobilizações em contextos latino-americanos, nos quais a antropóloga peruana busca evidenciar vidas que não encontram lugar nas linguagens hegemônicas do poder (Cadena, 2019; Cadena, 2024b). Na recente tradução publicada pela Bazar do Tempo (assinada por Caroline Nogueira e Fernando Silva e Silva), esses temas voltam à conversa: presentes no título do livro, indicam a continuidade do diálogo com a *proposição cosmopolítica* de Isabelle Stengers (2018), no intuito de pensar composições heterogêneas e assimétricas que participam do político. A densidade e a extensão desse percurso etnográfico (estamos diante de um livro de 523 páginas) nos mostram um retrato mais complexo do encontro da autora com duas lideranças indígenas, Mariano e Nazario Turpo, no Departamento de Cusco (Peru) durante os anos 2002 a 2007. Acompanhamos as tessituras das co-laborações e das alianças e o manejo ruidoso das traduções. Criadora de encontros impensáveis, de convivências possíveis, mas também compulsórias, a política é vista em sua capacidade de produzir coexistências e de atualizar seu princípio fundamental de sustentar os desacordos entre mundos.

Dividido em prefácio, dois interlúdios, nove histórias e epílogo, o livro segue as trajetórias de Mariano Turpo em seu engajamento na luta pela reforma agrária peruana nos anos 1960 e 1970 (“Interlúdio Um”) e de Nazario Turpo, seu filho que viveu o contexto do multiculturalismo liberal entre os anos 1990 e 2000, quando se dedicou ao trabalho com o turismo e à curta carreira de xamã andino (“Interlúdio Dois”). Nazario morre em 2007, fato que nos é apresentado no Prefácio, em uma reflexão sobre o luto e seu reconhecimento público. Tal reconhecimento aponta para características importantes às trajetórias dos interlocutores: vivendo em Pacchanta, um vilarejo localizado na Cordilheira de Ausangate, nos Andes Peruano, tanto Mariano quanto Nazario construíram vidas relacionadas a diversas existências e lugares. Isso não se deve apenas a um interesse e curiosidade cultivada pelos Turpo, mas a uma habilidade, legada de pai para filho, de tecer redes. Mobilizadoras dos trânsitos que os conduziram do pequeno lugarejo andino a Cusco, Lima e Washington, essas redes criaram caminhos que espelham os tempos particulares vividos por cada um deles.

O capítulo inicial, “História 1 – Concordando em lembrar, traduzindo e co-laborando com cuidado”, trata dos acordos entre a antro-



CADENA, Marisol de la. *Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

póloga e as lideranças e refere constantemente as falhas na comunicação como marca dos diálogos. Sabemos da impaciência dos interlocutores com os repetidos pedidos de explicação da autora sobre a participação de Ausangate (um dos principais *tirakunas*, designação local para vidas nomeadas pela etnografia como seres-terra e/ou *outros-que-humanos*) nos eventos narrados. A prosa em *Ayllu* de Mariano, baseada em um regime narrativo que não separa nomes e existências, produz Ausangate em sua multiplicidade (natureza, montanha, espírito, Guerra Ganar...), assim, vamos saber que *tirakunas* participam da vida em Pacchanta de modo a compor relações cuja influência se espraia por outras relaciona-lidades. A mediação dos Turpo é fundamental para a autora ter acesso aos seres-terra, no entanto, Cadena não poderia conhecê-los diretamente e a restrição não está associada apenas a sua fluência no quíchua, mas aos limites de uma certa linguagem baseada na oposição entre natureza e cultura e na separação entre as palavras e as coisas.

O poder da interdição efetuado por certas linguagens permanece como problemática nos capítulos seguintes. Cientes do domínio do letramento e da escrita na condução da vida pelo Estado, Mariano e Nazario narram a habilidade colonial-estatal de produzir exclusão e precariedade, uma dinâmica ao mesmo tempo hegemônica e limitada, pois é incapaz de contabilizar vivências que excedem sua hegemonia. As histórias que compõem o “Interlúdio Um. Mariano Turpo: um líder em *ayllu*” seguem o engajamento de Mariano na luta pela terra e desenham um viés importante às abordagens da autora: o interesse pelos fatos não imaginados pelo poder e não reconhecidos pelo conhecimento histórico e antropológico. São fatos que tangenciam a escolha de Mariano como líder da comunidade no confronto do *sistema da hacienda* e falam das suas habilidades em negociar por lugares variados e neles transitar. Os múltiplos trânsitos e alianças tecidas pelos Turpo são um dado etnográfico relevante, sobretudo no diálogo com uma das perspectivas teóricas principais dessa etnografia, para a qual as conexões entre os diferentes lugares são entendidas sempre como parciais e, frequentemente, assimétricas, de modo a criar relações heterogêneas e estranhas à univocidade.

Na “História 2 – Mariano se engaja na luta pela terra: um líder indígena inimaginável”, ao relacionar o arquivo organizado pela liderança ao material etnográfico da época e a falas públicas de intelectuais como Aníbal Quijano, Cadena aborda o inimaginável como algo que

está para além das classificações familiares ao registro histórico e etnográfico. Esse exercício lhe permite ver semelhanças em afirmações à direita e à esquerda do espectro político, especialmente quando o que está em questão é quem faz a política, a exemplo das palavras do ex-presidente peruano Alan García ao chamar de “irracionalidade e primitivismo retrógrado” a entrada dos seres-terra na cena pública (Cadena, 2024, p. 482) e a palavra de ordem com que Aníbal Quijano atesta a inexistência da liderança política indígena justamente no contexto de luta de onde emerge Mariano como líder em-*ayllu*.

Para parte da intelligentsia peruana dos anos 1960, a luta pela terra delimitava a política feita pelos *runakuna* (autodesignação de pessoas quíchua) nos termos da reforma agrária e do campesinato, termos que transformaram Mariano em um *líder indígena impensável*. Situada nesse contexto, a fala de Quijano serve como mote para a reflexão de que nem sempre temos os instrumentos adequados para enxergar aquilo que vemos, tanto em relação ao caso de Mariano enquanto líder indígena quanto à emergência dos seres-terra no debate público. São acontecimentos que escapam às classificações disponíveis ao registro científico (raça, classe, etnia, gênero...), e assim, reafirmam atualizações da *diferença radical*. Habitado pelos preconceitos antropológicos mais duradouros, o debate da *diferença radical* retorna duas vezes ao texto, dado o objetivo de reconhecê-la como forma de relação e não como qualidade de um povo. Ou seja, designa aquelas experiências que emergem em situações específicas e que fogem não apenas à compreensão mútua, mas às próprias formas de entendimento disponíveis.

Da trajetória de Mariano, conhecemos a composição da luta fundiária com um mundo de confrontos e agências diversas, o que nos dá acesso à atuação dos seres-terra no conflito agrário. Em “História 3 – A cosmopolítica de Mariano: entre advogados e Ausangate”, a fim de se aproximar do que excede às abordagens mais aderentes à pele do Estado, da História, da Cultura, a etnografia nos mostra como o movimento pela reforma agrária interliga políticos e advogados à vida de Mariano enquanto líder indígena e à influência de Ausangate. Encaminhar a queixa contra a fazenda, falar com advogados, preparar despachos para seres-terra, viver como *Yachaq* são habilidades que caracterizam a representação exercida por Mariano enquanto *personero*. Retratam a mistura entre práticas em-*Ayllu* e práticas estatais, evidenciando uma costura entre mundos que não é feita em nome da assimilação.

O interesse pelo emaranhado de práticas eficazes em tecer alianças que se sustentam na diferenciação conduz a etnografia a um arranjo teórico próprio. A *proposição cosmopolítica*, acionada como fio condutor da análise sobre o saber fazer dos Turpo, se aproxima das *conexões parciais*, elaborada por Marilyn Strathern (2004), e do conceito de *equivocação controlada*, de Eduardo Viveiros de Castro (2018). Com isso, temos as ferramentas principais do estudo, mobilizadas nas descrições da convivência que experimentam e a qual envolve composições (assimétricas, instáveis, heterogêneas) entre Estado, ONGs, estrangeiros, mercado, governo local, indígenas e seres-terra.

O inimaginável, a instabilidade, os excessos e a implausibilidade são palavras que proliferam no estudo das interrelações entre a gramática dos eventos narrados por Mariano e a narrativa histórico-etnográfica sobre a reforma agrária. Com tais expressões, a etnografia, mais do que o interesse pela história nos termos de quem a viveu, busca evidenciar a incomensurabilidade entre linguagens. Tendo em vista a problematização da historicidade de certos momentos, a elaboração do conceito de *a-histórico* (“História 4 – O arquivo de Mariano: o acontecimento do a-histórico”) desdobra-se no debate sobre as condições de criação do *impensável* pela ciência. Em foco, estão os hábitos do pensamento hegemônico e sua habilidade em negar as inscrições histórico-políticas de determinados fatos.

Consciente desses hábitos, Marisol de la Cadena opta por imaginar vidas menos cindidas pela divisão natureza e cultura e encontra nas *cosmopolíticas em mundos andinos* uma ferramenta para descrever existências que convivem e escapam à lógica da dominação porque não encontram nomeação nas gramáticas hegemônicas do poder. Aproxima-se das incertezas, tece intimidade com as indefinições, o incomensurável, os excessos e as instabilidades, no intuito de apreender o *impensável* como fato etnográfico. Mas não apenas. Criar conversas entre mundos incomensuráveis se apresenta como uma qualidade da prática política dos Turpo que a autora busca atualizar na própria etnografia. Aqui, os problemas da política encontram os problemas da tradução, não à toa, o interesse pelas possibilidades e limites das linguagens do poder desdobra-se na análise da narrativa antropológica. Transversal às demais problemáticas, o tema da escrita etnográfica é revisto desde a preocupação em construir modelos analíticos que considerem a existência daquilo que não se conhece.

Assim, a autora aproxima diversos modos de traduzir: aponta o lugar de variadas antropologias, nas quais também se engajam seus interlocutores, eles mesmos tradutores-artífices dos encontros entre *tirakunas*, *runakunas* e o conhecimento acadêmico que se volta à Pacchanta dos anos 1960 e 2000. Ao perceber-se como parte das várias *conexões parciais* criadas desde o vilarejo, as descrições parecem mais uma vez se inspirar em alguns pressupostos da relacionalidade em-*ayllu*: movendo-se a partir das indeterminações e mal-entendidos, torna-se inescapável à etnografia contornar os desacordos, de tal modo que faz do *desentendimento entre mundos* (Ranciére, 1996) sua própria política. Novamente destaca-se a importância do conceito de equivocação controlada de Viveiros de Castro (2018) para distanciar-se da busca pelo conhecimento verdadeiro ou interessado em nivelar diferenças. O que a etnografia de Marisol de la Cadena produz está mais próximo de um modo de conversar (habitado por ruídos, interrupções, desencontros) do que de dar uma explicação.

O “Interlúdio Dois – Nazario Turpo: ‘O *Altomisayoq* que tocou o céu” nos apresenta Nazario a partir do contexto imediato de sua morte. Tem como foco seu reconhecimento internacional, construído desde uma trajetória que, à semelhança de seu pai, se fez em relação ao Estado e aos estrangeiros, mas, à diferença de Mariano, se faz familiar a outras políticas. Nessa conjuntura, o neoliberalismo em terras latino-americanas apodera-se da *diferença* como política de Estado e como commodity. Diante disso, a vida *runakuna*, englobada pelos termos do multiculturalismo como *cultura andina*, participa de outros rituais estatais e da criação de dividendos pelo turismo nos Andes peruanos, cada vez mais conectado às redes New Age. A reconfiguração da vida desde a mercantilização dos anos 1990 terá incidência radical na trajetória de Nazario, cuja posição como *xamã andino* o conduz a lugares como a posse do presidente Alejandro Toledo e à curadoria de uma exposição no Museu do Índio Americano.

A “História 5 – Xamanismo andino no Terceiro Milênio: o multiculturalismo encontra os seres-terra” trata das políticas construídas pela linguagem do meio ambiente e da espiritualidade. O trabalho no turismo, ao fomentar sua transformação em *xamã andino*, permite a Nazario acessar condições materiais de vida inéditas, assim como reconfigura suas relações com os seres-terra. A proliferação dos despachos em Machu Picchu, incentivada por deslocamentos transnacionais, evidencia

novas transformações. Movimentada pelos circuitos da espiritualidade, a moeda que transforma Ausangate em montanha sagrada convive bem com a chegada das mineradoras e a decorrente transmutação dos *tirakuna* em meio-ambiente. Antes ignorados, agora ameaçados, *tirakunas* emergem no debate público latino-americano (a Pachamama da Constituição da Bolívia e do Equador são atualizações de processos similares às vidas contemporâneas de Ausangate), seja em categorias que em parte os reconhecem (como Natureza), seja em palavras que lhes negam qualquer existência (o irracional primitivo, retomando Alan García).

Da experiência de Nazario na curadoria da Mostra Quíchua chegamos à “História 6 – Uma comédia de equívocos: A colaboração de Nazario Turpo com o Museu Nacional do Índio Americano” e às problematizações sobre representação museal e política. Conheçamos o regime epistêmico das práticas museais, cuja sensibilidade aos princípios decoloniais do co-laborar não apaga a assimetria de poder e a hegemonia de um ponto de vista unívoco. Despachos dentro do museu convertem ao universo das *coisas andinas* processos criadores da relação *tirakuna-runakuna* – a fotografia ampliada de Ausangate na abertura da exposição o traz à vida que este retrato permite. De todo modo, univocidade não é sinônimo de falsificação, tampouco é capaz de controlar a proliferação de conexões não intencionais suscitadas pelo encontro entre várias modalidades de tradução. A presença de Nazario e Ausangate sob as vestes do museu, ao produzirem mais diferenciação, não apagam aquelas que são vivificadas em outros lugares (a tal ponto que a primeira-dama peruana, entusiasta da diversidade andina, é incapaz de reconhecer Nazario em trajes cotidianos). Por outro lado, seus efeitos não são menores quando experimentados desde Cusco e Pacchanta, fato que conduz ao entendimento do xamanismo andino contemporâneo como “resultado das colaborações entre práticas museais, a antropologia, redes globais heterogêneas de espiritualidade e turismo” (Cadena, 2024a, p. 406).

A etnografia, mais uma vez, se volta às traduções com o objetivo de discutir a condição “mais que uma e menos que muitas” dessas entidades e explorar “sua participação em formações socionaturais diferentes, mas parcialmente conectadas (à medida que) as entidades distintas nomeadas acima aparecem de maneira complexa umas dentro das outras” (Cadena, 2024a, p. 372). No capítulo final, “História 7 – Munayniuq. O dono da vontade (e como controlar essa vontade)”,

interessada nas dimensões ontológicas da dominação política, Cadena aproxima-se dos modos de exercício da potência estatal e da dos seres-terra. O poder inevitável dos *tirakuna* é pensado em relação à existência incontornável do Estado, ambos caprichosos fazem fazer a própria vontade, ainda que não compartilhem os mesmos princípios de representação. É o que argumenta a autora ao aproximar o *Gamonalismo* à ideia *runakuna* de *Munayniyuq* para vê-los enquanto modos de exercício da vontade, cujas conexões não apagam a diversidade ontológica. As descrições das rondas campesinas, das eleições locais e da opção *runakuna* pela representação estatal estão interessadas nas interpelações entre práticas estatais e práticas em-*ayllu*, intercâmbios que explicitam uma política baseada no exercício de poder não representativo e descentralizado. À imagem da chefia ameríndia de Pierre Clastres (2003), mas à diferença desta, familiarizada às dinâmicas do Estado, mostra-se um emaranhado cuja atualização, ainda que pareça restrito à reprodução da sobrevivência, não é menos resistente à unificação.

Atenta às hierarquias e assimetrias reprodutoras da hegemonia estatal nos acordos realizados entre *tirakuna*, *runakuna* e o mundo dos brancos, Marisol de La Cadena tampouco renuncia a uma análise dos acontecimentos, cujos efeitos divergentes, apesar de anulados pela captura estatal, evidenciam outros princípios para pensar a política. Para tanto, retorna à proposição de Stengers no intuito de escrevê-la desde as trajetórias de Mariano e Nazario. Em favor do adensamento etnográfico, propõe a expressão *cosmopolítica runakuna*, a fim de destacar o desconcerto entre o que se vive e o que se pensa como político, visto especialmente na interdição filosófica da agência de outros-que-humanos. Como é comum às abordagens ontológicas, não se trata apenas de somar mais um, mas de repensar pressupostos relacionais, indicando o que é constitutivo e permanece ignorado, tarefa que aqui é favorecida pela noção de *alterpolítica*. Derivada de elaborações pontuadas em um e outro momento do texto, a ideia persegue a questão: como pensar encontros entre mundos que participam e colaboram entre si, mas que não se reduzem uns aos outros? Formulação que busca dar contornos às práticas políticas cujas convergências não derivam em conversão, a *alterpolítica* atualiza por outros percursos a temática cara à etnografia das alianças entre mundos incomensuráveis.

Perspicaz e sutil, a mirada sobre a política se tece em consonância ao trabalho teórico intimamente implicado nos acontecimentos

que emergem do encontro entre Marisol, Mariano e Nazario. Ao final, em questão está a *política moderna* (“Epílogo: Cosmopolítica Etnográfica”). Desde os Andes, podemos observá-la ancorada no princípio do *desacordo ontológico*, evidenciado pela *cosmopolítica runakuna* e rejeitado (quando não, ignorado) pela filosofia do Estado. Ao apresentar o desentendimento entre mundos como princípio que ganha densidade histórico-antropológica desde esse ponto da América Latina, a autora agrega às discussões euro-americanas sobre filosofia, ontologia e política as dimensões incontornáveis da colonização e seus desdobramentos contemporâneos (vistos nas políticas de morte do Estado Colonial e suas variações populistas e neoliberais, tanto à esquerda quanto à direita dos governos latino-americanos mais recentes, com destaque para o Peru). Com isso, o arranjo teórico amplifica-se pelos debates do multiculturalismo, da miscigenação, do indigenismo e neoliberalismo em terras sul-americanas.

Ao final do percurso analítico, não escapa à etnografia um dos seus propósitos: o retrato dos *mundos andinos*, arquitetado em conexões tanto reconhecidas quanto inimaginadas, algumas incontornáveis e compulsórias, mas sempre produtoras de experiências radicalmente diferenciadas, cujas fugas da colonialidade (tanto as constantes quanto as intermitentes) sustentam a resistência aos genocídios.

## Referências

- CADENA, Marisol de la. Cosmopolíticas indígenas nos Andes: reflexões conceituais para além da 'política'. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, n. 2, p. 1-37, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/13404/8782>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- CADENA, Marisol de la. Um convite a viver juntos: fazendo o “nós complexo”. **Revista Climacom: territórios e povos indígenas**, ano 11, n. 26, p. 1-14, 2024b. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2024/06/Um-convite-a-viver-juntos-fazendo-o-nos-complexo.docx-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- CADENA, Marisol de la. Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024a.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. A antropologia perspectivista e o método de equivocação controlada. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, n. 10, v. 5, p. 247-264, ago-dez, 2018.
- CLASTRE, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, [1974] 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- STRATHERN, Marilyn. **Partial Connections**. Nova York: Altamira, 2004.
- STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil**, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.